

RELEITURAS DA REPÚBLICA: LITERATURA E NACIONALIDADE

Tatiana SENA¹

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar o projeto de dissertação, intitulado *As letras da República: o corpo moderno da nação brasileira em Machado de Assis e Lima Barreto*, no qual pesquiso o estatuto e atuação do campo literário na fase inicial de construção do imaginário nacional instituído pela República, a partir da investigação contrastiva dos romances *Esau e Jacó* (1904) e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915).

Palavras-chave: Literatura; República; imaginário nacional.

ABSTRACT: This article presents the project of my dissertation, entitled *Letters of the Republic: the body of the modern nation Brazilian in Machado de Assis and Lima Barreto*, in which I study the status and performance of the literary field in the early stages of building up the national imaginary instituted by proclamation of republic in Brazil, developing a contrastive analyze of novels *Esau e Jacó* (1904) and *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915).

Keywords: Literature; Republic; national imaginary.

1 Introdução

Num momento em que os conceitos de democracia e cidadania estão na pauta da agenda política nacional, é de fundamental importância refletir sobre a forma republicana e sua respectiva narrativa construída ao longo dos últimos 120 anos. Repensar a tradição republicana a partir da literatura abre um campo de problematização diferencial para as discussões em torno da formação política brasileira e, principalmente, acerca da própria literatura, de seus nexos e/ou atritos com a perspectiva hegemônica de modernização nacional, colaborando assim para o aprofundamento e extensão do acervo de reflexão que articula a literatura e o imaginário cultural brasileiro. Como destaca o pesquisador Newton Bignotto (2000), muitos romances contemporâneos, centrados no universo urbano, retomarão tais questionamentos, a fim de “mostrar como a narrativa da república esteve presente ao longo do século XX como uma questão fundante de nossa experiência histórica, mesmo se o que constatamos é o enorme vazio que parece povoar nosso universo simbólico e imaginário” (p. 11).

Em 2009, surpreendeu-me o desinteresse e o silêncio em torno dos 120 anos da Proclamação da República no país. Houve algumas exceções, como o concurso de redação²,

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, na Universidade Federal da Bahia. Bolsista CNPq. E-mail: tatianasena@ufba.br

lançado pelo Senado Federal, cujo título, “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil”, é indicativo do caráter inaugural da idéia de ser cidadão do Estado republicano para esse segmento da população, visto que o concurso é voltado para estudantes de escolas públicas do Ensino Médio. Outra exceção foi o discurso no plenário feito pelo senador Cristovam Buarque, no qual este ressaltou o legado aristocrático no próprio Senado Federal, através do tratamento de “vossa excelência” com o qual os senadores cumprimentam seus pares. Buarque também chamou a atenção sobre como os 120 anos da forma republicana não conseguiram minimizar as desigualdades sociais do país. Tendo em vista o grau de polêmica que essa memória centenária ainda pode despertar, o vídeo produzido pela Associação Causa Imperial³ foi uma das primeiras manifestações em torno da data.

Entretanto, num espectro mais amplo e difundido, a data comemorativa não serviu para trazer ao centro das discussões a forma de governo cuja implantação demarcou talvez a mais importante mudança política no Brasil dos últimos 180 anos, além de registrar também a primeira intervenção mais contundente da esfera militar na arena interna da política brasileira. Ao longo de mais de um século, a forma republicana foi mantida, a despeito das “revoluções” que conturbaram a política nacional. Uma continuidade que, entretanto, não deve ser confundida com estabilidade, nem com o consenso quanto às virtudes históricas dessa configuração, sobretudo quando se avaliam seus saldos no âmbito da promoção da cidadania. Acontecendo num momento em que transformações substantivas nos campos político e social afetam as inscrições republicanas de ordem e de progresso, este novo aniversário da república brasileira anuncia perspectivas das mais produtivas para um estudo crítico de forças instituintes do imaginário nacional.

Em vista disso, os objetivos deste projeto de pesquisa visam analisar as imagens literárias que tematizam o momento da instauração da república no Brasil, a partir da investigação contrastiva dos romances *Esau e Jacó* (1904), de Machado de Assis, e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto; e compreender quais as posturas críticas dos autores pesquisados sobre as correlações entre as ideologias políticas, as teorias científicas, a estética realista e a forma republicana.

² Para maiores informações, consultar o site do concurso. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/srpsf/Concurso_2009/default.asp>. Acesso em 15 jul. 2009.

³ Disponível em: <http://br.youtube.com/watch?v=N5gCPm3PO9w>. Acesso em 11 out. 2008.

2. Formulação do problema e hipóteses

No século XIX, especialmente no segundo reinado, os principais homens das letras do Império, a exemplo de Varnhagen e Gonçalves Dias, reuniram-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, a fim de deliberarem sobre como escrever a história do Brasil. O escritor José de Alencar, embora não fosse membro do IHGB, participou ativamente na formatação de uma “alma” para a pátria, em intensa interlocução com os discursos produzidos pelos membros do IHGB, que se transformara na principal instituição cultural do segundo reinado.

Se a literatura, no período imperial, teve um papel destacado na construção de um imaginário nacional para o Brasil, não manteve a mesma posição no momento inicial do período republicano. Ferramenta estratégica para a fundação espiritual e imagética da nacionalidade até então, a literatura foi preterida como discurso axial, no projeto republicano, para a “formação das almas” nacionalizadas (Carvalho, 1990). Como assinala o historiador José Murilo de Carvalho (1987), durante os primeiros anos do novo regime não foi tão simples “estabelecer os parâmetros de uma convivência pacífica entre a República da política e a República das letras” (p. 26).

No período compreendido entre 1870 e 1920, o processo de modernização social e estética no Brasil reverberou os impasses resultantes da persistência de graves assimetrias sociais. Considerando esse contexto, os romances *Esau e Jacó* (1904), de Machado de Assis, cuja ação está compreendida entre os anos de 1871 e 1894, e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto, o qual abarca os anos iniciais do século XX, foram escolhidos para compor o *corpus* literário da pesquisa. Nos romances supracitados, estão representadas algumas das principais tensões políticas e culturais que caracterizaram o período fundacional da república brasileira, dando vazão aos questionamentos recalcados e às contradições internas do país. De que maneira os escritores Machado de Assis e Lima Barreto pensaram e representaram esse momento de crucial importância na história brasileira? A análise contrastiva desses autores, oriundos de locais de enunciação sabidamente diferenciados, permite compreender quais os dilemas sociais legíveis nos textos que inscrevem as conexões e as disjunções dos escritores em questão com a representação modernizadora da nação empreendida pelo discurso institucional da República.

O mapeamento e a análise desse conflito colocam, de partida, algumas questões norteadoras: se a literatura foi deslocada de sua centralidade político-cultural, a partir do advento da República, por que o foi e que função a instituição literária desempenhou nas

primeiras décadas da forma republicana? De que maneira a “origem” nacional, ou os traços básicos do caráter brasileiro, são reformulados nesse novo lugar ocupado pela ficção?

Para o crítico literário Alfredo Bosi (1988), a obra final de Machado de Assis desenha em “filigrana a imagem de uma sociedade (ou, talvez melhor, de uma classe) que, *tendo acabado de sair* de seus dilemas mais espinhosos (a abolição da escravatura, a queda do Império)” (p. 67 – grifo meu), alheia-se da vida pública, circunscrevendo-se à esfera do privado. Essa “saída”, mais simbólica do que efetiva, haja vista as persistentes continuidades éticas e ideológicas nas práticas sócio-culturais, marca também uma “entrada” no projeto modernizador da nação.

A reforma republicana do corpo social brasileiro instaura o processo de modernização do país, intervindo não apenas na engenharia política nacional, mas especialmente no imaginário nacional, através do que a antropóloga Lilia Schwarz (2006) ressalta como a “teatralidade e a monumentalidade” do projeto republicano, a exemplo da remodelação urbanística do Rio de Janeiro, de São Paulo e Belo Horizonte, entre outras capitais.

Pressuponho que nessa fase as construções discursivas da nação estavam em processo de reconfiguração. É preciso atentar-se para o papel diferencial exercido pela literatura nessa fase. Minha hipótese de trabalho conjectura que, entre as construções discursivas romântica e modernista, houve uma refundação discursiva da nação, processo especialmente legível através de narrativas literárias, que não se resumem ao que a periodização literária denomina “pré-modernismo”, nas quais estão realçados os impasses que marcaram a efervescência ideológica em torno da Proclamação da República.

3. Referencial teórico-metodológico

Este projeto de dissertação se situa na instigante interface entre literatura e história, que tem se mostrado bastante produtiva, por conta dos intensos debates; construindo uma longa tradição de diálogos, polêmicas e, fundamentalmente, de cumplicidades que envolvem os dois campos que se diferenciaram na modernidade. Para o historiador estadunidense Hayden White (1994), tanto a literatura como a história seriam “um meio entre muitos de revelar certos aspectos” (p. 59) da condição humana, revelação feita através de construções verbais, elaboradas em graus variáveis de ficcionalização, cujos conteúdos e cujas formas se relacionam amplamente, complementando-se, embora os sentidos instaurados por cada área possam receber sanções culturais distintas. O título do livro de Sidney Chalhoub (2007) – *Machado de Assis, historiador* – é tanto uma provocação, como um índice dessa relação.

Essa retroalimentação dos campos em questão evidencia o consórcio entre historiadores e literatos, haja vista que estes participam da mesma categoria dos letrados e são importantes narradores/fundadores da ficção nacional, contribuindo na formatação de um imaginário nacional, em especial das classes dirigentes do país, seja no passado ou ainda contemporaneamente. Não podemos perder de vista que literatura e história são categorias disciplinares básicas dos currículos nas escolas, instituições que, como ressalta Étienne Balibar (1991), funcionam como genuínas fábricas da forma nação.

É de fundamental importância discutir também a tentativa de estabilização promovida pela crítica literária acerca do valor estético-cultural das obras de Machado de Assis e de Lima Barreto. Enquanto este foi inserido só tardiamente na tradição canônica, aquele é, há muito, considerado o representante maior do cânone literário brasileiro. De maneira provocativa, Flávio Kothe (2004), considera que, “de acordo com a lógica reacionária, Machado de Assis é o Lima Barreto que deu certo porque soube optar pela classe certa, enquanto Lima Barreto é o Machado de Assis que não deu certo porque não quis reconhecer a superioridade do senhorio branco. De qualquer modo, convém que Lima fique no cânone para provar que Machado é melhor, o maioral de todos” (p. 77).

Por ser uma pesquisa bibliográfica, a investigação se concentra na leitura, análise e interpretação dos romances pesquisados, a partir de um corpus teórico-crítico e historiográfico pertinente à temática abordada. Eventualmente poderá se recorrer a fontes primárias (arquivos de documentação e jornais da época). Embora seja uma pesquisa que exige um aporte de conhecimentos multidisciplinares, os pressupostos e instrumentais da crítica literária e da crítica cultural presidirão o trabalho. Serão utilizados teóricos e críticos cuja perspectiva de trabalho seja marcada pela interdisciplinaridade, especialmente na interlocução entre os campos histórico e literário. Para a discussão sobre a obra de Machado de Assis, serão privilegiados os autores Roberto Schwarz (2000), John Gledson (2003) e Sidney Chalhoub (1998; 2007). Das pesquisas sobre a obra de Lima Barreto, focalizarei o trabalho de Nicolau Sevcenko (1998), Beatriz Resende (1983; 1983) e Antonio Arnoni Prado (1983).

O romance *Esau e Jacó* narra a história dos irmãos gêmeos Pedro e Paulo. O motivo literário do desenlace entre irmãos pode ser explorado para abordar aspectos da vida política brasileira, quando da Proclamação da República, através das analogias com os *topos* família/nação e fraternidade/pacto social. O romance é marcadamente alegórico. O crítico literário inglês, John Gledson (2003), que fez um relevante estudo sobre *Esau e Jacó*, reconhece que o livro “é, às vezes, um romance muito difícil, com trechos e capítulos que parecem calculados para confundir o leitor mais determinado” (p. 164). É um romance que

convoca sempre novas leituras e perspectivas diferenciais. Como exemplo disso, podemos citar a passagem instigante, que ocorre logo no princípio do romance, em que Natividade, a mãe dos gêmeos, faz uma consulta à cabocla Bárbara. É preciso se atentar para as minúcias e nuances de uma profecia de destino lançada das periferias urbanas e sociais do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do período imperial.

A partir da concepção benjaminiana, de alegoria como ruína, é possível dizer que as temporalidades, inscritas nesse romance machadiano do início do século XX, registram a fusão entre o signo da renovação e o signo do derrisório no cenário finissecular que o autor vivenciara. Segundo Benjamin (1984), “como ruína, a história se fundiu sensorialmente com o cenário. Sob essa forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio” (p. 200). A linguagem literária diz o outro pelo que falta, pela perda, impossibilitando o fechamento do sentido do texto. Como ressalta Jeanne Marie Gagnebin (1994), “a linguagem alegórica extrai sua profusão de duas fontes que se juntam num mesmo rio de imagens: da tristeza, do *luto* provocado pela ausência de um referente último; da liberdade lúdica, do *jogo* que tal ausência acarreta para quem ousa inventar novas leis transitórias e novos sentidos efêmeros” (p. 45).

Por sua vez, o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* permite evidenciar o ponto de vista dos estratos populares da Primeira República na periferia do Rio de Janeiro, justamente no espaço onde o romance machadiano começa, mas do qual se afasta. Como destaca o historiador José Murilo de Carvalho, o “abismo existente entre os pobres e a República abre fecundas pistas de investigação sobre um mundo de valores e idéias radicalmente distinto do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários” (1987, p. 31).

Publicado no formato de folhetim no *Jornal do Comércio*, entre 1911 e 1914, o romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, trouxe à cena uma personagem emblemática da literatura brasileira, uma figura cultural que adquiriu ampla circulação no imaginário nacional. Policarpo Quaresma, mais conhecido por Major Quaresma, foi caracterizado como um homem metódico, misantropo, cuja paixão pela Pátria guiava sua vida. O crítico literário Silviano Santiago (1983) chama a dobradura sobre si da própria narrativa que reitera a idéia presente no romance de que Pátria é “certamente uma noção sem consistência racional e precisava ser revista” (Barreto, 1994, p. 151). O romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* pretende realizar essa revisão, projeto perceptível quando focalizamos a moldura discursiva do romance, que, longe de reiterar o ufanismo de Policarpo Quaresma, questiona-o. Para Santiago (1983), é pela redundância como procedimento de construção do romance que Lima

Barreto põe em xeque o conceito de pátria sedimentado na cultura. Entendo essa estratégia de redundância como um processo de tradução interna da própria obra que promove clivagens discursivas na narrativa, demarcando a cisão entre o discurso crítico do narrador e o discurso ufanista da personagem. Lima Barreto permite compreender o projeto republicano a partir de outros referenciais estéticos e políticos, que me parecem complementares àqueles que orientam o trabalho de Machado de Assis.

Para discutir o imaginário e a tradição política republicana, utilizarei os trabalhos de José Murilo de Carvalho (1987; 1990), Newton Bignotto (2000), Lilia Schwarcz (2003; 2006) e Renato Ortiz (2005). A engenharia política da República brasileira foi montada a partir da importação de idéias oriundas de três modelos republicanos, cujos pontos de referência eram a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Derivadas das ideologias que ressignificam essas heranças entre 1870 e 1920, vertentes do liberalismo, do jacobinismo e do positivismo são constituídas para atender, respectivamente, aos interesses dos proprietários rurais, da classe média urbana e dos militares (Carvalho, 1990).

A república implantada após a Revolução Americana baseou-se no utilitarismo, com ênfase no interesse individual, propondo posturas institucionais convergentes com o sentido para liberdade cultivado entre os modernos, na distinção proposta pelo teórico francês Benjamin Constant. A influência européia, por sua vez, reparte-se em dois modelos ideológicos derivados das experiências históricas da Primeira e da Terceira Repúblicas francesas. A Primeira República, em sua fase jacobina, foi marcada pela intervenção popular, na qual o conceito de liberdade se aproximava da acepção dos antigos, recaindo a ênfase no aspecto coletivo e na declaração dos direitos dos cidadãos. O modelo da Terceira República francesa chegou ao Brasil filtrado pelos positivistas. O principal tópico desse modelo era pautado pela governabilidade, cuja idéia de representação política suplantava a integração popular. A vertente que se atrelava aos postulados do filósofo francês Augusto Comte foi a mais presente no Brasil. É interessante notar que os militares foram os principais defensores desse ideário, sentindo-se atraídos pela ênfase positivista na ciência e no desenvolvimento industrial. Concorria para essa opção a formação técnica dos militares, “em oposição à formação literária da elite civil” (Carvalho, 1990, p. 28).

No Brasil, onde estavam em jogo a constituição da nação e a definição da cidadania política, é preciso atentar para o entrecruzamento dessas ideologias com os postulados teóricos das Ciências Sociais emergentes. Nos fins do século XIX, ciência, filosofia e religião são entendidas em termos evolutivos. Nesse sentido, as teorias dos darwinistas sociais alcançaram larga difusão, em sintonia com o pensamento vigente entre os intelectuais da

época, que “entendiam a questão nacional a partir da raça e do indivíduo, mascarando uma discussão mais abrangente sobre a cidadania” (Schwarcz, 2000).

Porém, ao procurar dar conta da complexidade cultural do país, a seleção e adaptação dessas teorias recorre a reelaborações conceituais que, segundo Renato Ortiz, fazem com que o “pensamento dos precursores das Ciências Sociais no Brasil pare[ça] (...) muito semelhante ao fenômeno do sincretismo religioso” (Ortiz, 2005, p.32). A apropriação e conjugação por vezes esdrúxula de operadores analíticos indicia o trabalho tortuoso de interpretação reclamado pelo contexto republicano, mesmo para os agentes que o protagonizaram. Conforme também destaca Ortiz, retomando estudos de Roberto Schwarcz sobre a obra de Machado de Assis, na literatura da época patenteia-se uma dualidade que parece expressiva de “uma defasagem entre o discurso ideológico da classe dirigente e a própria realidade social” (*idem*, p. 34). No âmbito da pesquisa aqui proposta, o exame desses sincretismos e defasagens pode proporcionar uma releitura que se mostre reveladora das tensões políticas do período.

A antropóloga Lilia Schwarcz (2000) aponta o que seria uma perversão no discurso liberal, na medida em que esse discurso tendia a naturalizar a idéia da igualdade humana reiterando, paradoxalmente, a hierarquização das diferenças. A pretensa realidade das raças, os nexos supostos entre caracteres físicos e morais (implicando na divisão racial e, conseqüentemente, cultural) e a predominância da memória do grupo étnico no comportamento do sujeito formavam a tríade propositiva básica desses deterministas. O século XIX não inventa o racismo, mas é ao longo desse século que a formulação de tipologias raciais naturaliza a diferença, como parte da nova função que o racismo vai exercer a partir de então. No Brasil, as teorias dos darwinistas sociais alcançaram larga difusão. A seleção teórica não foi aleatória. O Brasil particularizou o modelo racial, selecionando das teorias estrangeiras os trechos que eram convenientes às diversas proposições quanto ao projeto nacional.

As questões de nação, imaginário nacional e de projeto de modernização serão abordadas a partir da obra de Cornelius Castoriadis (1982), Benedict Andersen (1989), Étienne Balibar (1991), Homi Bhabha (1998), Michel Foucault (1999). O projeto republicano de modernização do corpo social brasileiro instaura as “tecnologias do biopoder” (Foucault, 1999) no final do século XIX no Brasil, intervindo decisivamente na regulamentação do viver na sociedade brasileira. Os emblemáticos versos do Hino da República (*Nós nem cremos que escravos outrora/Tenha havido em tão nobre país*) servem de pórtico à narrativa nacional da República brasileira, evidenciando os esquecimentos e os aparatos de exclusão implementados pelo projeto modernizador republicano.

REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. In: _____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008 [1904].
- BALIBAR, Etienne. The nation form: history and ideology. In: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, nation, class**. Ambiguous identities. London / New York: Verso, 1991.
- BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Scipione, 1994 [1915].
- BENJAMIN, Walter. Alegoria e drama barroco. In: _____. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BIGNOTTO, Newton (org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BOSI, Alfredo. Uma figura machadiana. In: _____. **Céu, Inferno**. São Paulo: Ática, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. M. (org.). **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz & Terra, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Em torno de Lima Barreto. In: _____. **Cobra de vidro**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- KOTHE, Flávio. **O cânone republicano II**. Brasília: Editora UNB, 2004.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5.ed. (1994). São Paulo: Brasiliense, 2005.

PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto, o crítico e a crise**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RESENDE, Beatriz. A opção pela marginalia. In: SCHWARZ, Roberto (coord.). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARCZ, Lilia K.Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. República à brasileira. In: **Ciclo de conferências. O esquecimento da política**. Rio de Janeiro, 2006. Áudio disponível em: http://www2.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento/acervo/textos/index.php?p=25073&more=1&c=1&pb=1. Acesso em 15 mar. 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.